

1876: OS PRIMEIROS PASSOS DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PAULISTA

1876: THE FIRST STEPS OF ORGANIZATION OF THE PAULIST WORKING CLASS

CLARICE GARCIA BARBOSA* ¹

Resumo: A partir das informações recolhidas das edições do jornal *A Província de São Paulo*, de 1876, e do manuscrito do líder do movimento dos padeiros, João de Mattos, o presente estudo trata do limiar da organização das associações de trabalhadores urbanos paulistas. Portanto, este trabalho investiga o que motivou a criação dessas associações e quais eram as suas demandas. Também busca verificar se a defesa da abolição da escravidão fazia parte das reivindicações dos trabalhadores recém-organizados e, em caso afirmativo, se essas reivindicações eram gerais ou se estavam restritas aos trabalhadores que compartilhavam com os escravizados o mesmo local de trabalho e as mesmas condições de vida.

Palavras-chave: São Paulo, século XIX, trabalhadores livres.

Abstract: From the information gathered on the 1876 editions of the *A Província de São Paulo* newspaper and the manuscript of the leader of the baker movement João de Mattos, this study deals with the threshold of the organization of São Paulo urban workers associations. Besides that, this work investigates what motivated its organization and what it demanded. It also seeks to ascertain whether the defense of the abolition of slavery was part of the demands of the newly organized workers, in general or restricted to those workers who shared the same workplace and living conditions as the enslaved.

Keywords: São Paulo, nineteenth century, free workers.

* Artigo recebido em 19 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 13 de fevereiro de 2020.

¹ Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: claricegb@gmail.com.

Introdução

Este artigo parte das informações do manuscrito do João de Mattos, líder dos padeiros paulistas, e das edições do jornal *A Província de São Paulo*, de 1876. Esses materiais nos informam sobre a criação, no referido ano, de quatro importantes associações de trabalhadores, são elas: a Associação dos Escrivães da Província de São Paulo; a Associação dos Guardalivros; a Associação Typographica Paulistana e a Associação dos Operários da Oficina de Marcenaria a Vapor.

Nosso objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o limiar dessas associações, verificar suas demandas e os motivos que levaram à sua organização em um contexto ainda fortemente marcado pelo trabalho escravo. Além disso, ressaltar o que a historiografia vem mostrando: que, a partir do último quartel do século XIX, existiu uma intensa movimentação de trabalhadores livres no meio urbano.

Tal movimentação foi reflexo, conforme Caio Prado Jr., dos primeiros e modestos passos do capitalismo no Brasil². Diante desse novo quadro social, o presente estudo procura responder às seguintes questões: pode-se afirmar a existência de uma classe operária (no sentido clássico) na cidade de São Paulo, no último quartel do século XIX? E existindo, essa classe tinha entre suas reivindicações a defesa da abolição da escravatura? Essa defesa era voz geral entre os trabalhadores ou ficou restrita aos que compartilhavam condições de trabalho e vida com os escravizados?

Com base nos documentos já apontados, trabalha-se com a hipótese de que embora houvesse o recrudescimento do regime escravocrata, é possível afirmar a existência de uma classe operária típica na cidade de São Paulo, da década de 1870. Em outras palavras, é possível observar a presença de um grupo de trabalhadores organizado e consciente. Mesmo em uma ordem social que não valorizava o trabalho manual e tampouco o trabalhador. Ao mesmo tempo, neste trabalho, defende-se a ideia de que quanto mais especializada era a classe, menor foi o seu envolvimento na luta pela abolição, ou seja, menor o seu interesse em se colocar contra o sistema. Acredita-se que foram as classes mais subalternas, por conta da convivência com o

² JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 46 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Cabe aqui informar que as transcrições dos excertos extraídos diretamente das fontes primárias terão sua ortografia atualizada.

trabalhador escravizado e as condições de trabalho e vida quase idênticas, as mais sensíveis à causa abolicionista. Os trabalhadores livres que ocupavam posições mais baixas na sociedade nada tinham a ganhar com o sistema vigente, já os que acreditavam ganhar algo ou garantir seus privilégios, mantiveram-se em silêncio diante da questão abolicionista.

Como não há consenso sobre ser legítimo ou não se tratar de classe operária em momentos anteriores a 1888, antes de se abordar os primeiros passos da organização dos trabalhadores paulistas e o que os motivou a criar associações, far-se-á um relato sucinto a respeito do debate que atualmente ocorre entre as duas correntes que norteiam as pesquisas sobre a classe trabalhadora.

Classe trabalhadora: velhas e novas abordagens

A historiografia social do trabalho atualmente, quando se trata das Associações Mutualistas, revela duas correntes que divergem entre si. De um lado, a tradicional, fortemente ligada à concepção pioneira de José Albertino Rodrigues, entende que as mutuais são uma particular manifestação de organização dos trabalhadores. No outro lado, a segunda corrente, mais recente, procura ressaltar o mutualismo como um meio do trabalhador garantir segurança na adversidade e que, portanto, seria uma associação pluriclassista. Essa abordagem assinala uma virada na perspectiva analítica e tem como referência o livro de Tânia Regina De Luca, de 1990, *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*³.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, representante da nova historiografia social do trabalho, no artigo *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*, expõe algumas divergências na produção historiográfica sobre o mutualismo no Brasil. Embora identifique certa continuidade, ela ressalta que há sobre o estudo do mutualismo brasileiro duas correntes teóricas que divergem entre si.⁴

A autora também aponta o início dos anos 1990 como o marco inicial da virada teórico-metodológica sobre essa temática. Para Viscardi, até os anos 90, por uma questão de identificação ideológica, o mutualismo foi vinculado ao movimento sindical e considerado um protossindicalismo, pois os historiadores não se identificavam com um tipo de organização que se desenvolvia entre a classe operária e não demonstrasse resistência às arbitrariedades do

³ BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010, p. 13.

⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010.

capital. Após os anos 90, o mutualismo tem sido associado ao processo de formação da classe operária e tem conservado forte ligação às concepções formuladas pelo historiador E. P. Thompson, que, conforme Viscardi, “conferiu às experiências mutualistas um papel destacado no longo processo de formação dessa mesma classe na Inglaterra”⁵.

Contudo, embora as duas abordagens apresentadas, principalmente a mais recente, pretendam se distanciar teoricamente – visto que os recentes trabalhos buscam realçar a contribuição do movimento de associações mutualistas à formação de uma cultura cívica, associativa e, até mesmo, cidadã –, Viscardi percebe que os historiadores analisam os movimentos sociais sob a perspectiva classista. Para a autora, no entanto, esses movimentos podem muitas vezes expressar outros interesses que nada tem a ver com o modo de produção. Como, por exemplo, questões étnicas e de gênero. Portanto, a concepção classista, em vez de permitir um melhor entendimento dessas sociedades, pode trazer maiores dificuldades para a compreensão das dinâmicas sociais. Neste sentido, Viscardi questiona: “não seria esse o caso das mutuais”?⁶

Mais adiante, a autora faz a seguinte afirmativa:

[...] a categoria classe social não nos ajuda a entender a complexidade das experiências mutualistas. Ao contrário, reduz muito os objetivos de tais associações e as expectativas de milhares de sócios, que investiram tanto na organização e na manutenção de tais organismos⁷.

Tendo essas questões em vista, percebemos que o historiador Claudio H. M. Batalha diverge de Viscardi e afirma que a noção de classe social é um “conceito central nesse campo de estudos”⁸. Isso porque, segundo ele, a análise tradicional sob a perspectiva da noção de classe social, longe de limitar o entendimento, revela a complexa estrutura socioeconômica da época, colaborando para se compreender os motivos subjetivos que levaram os trabalhadores a fundarem as associações de ajuda mútua⁹.

Batalha não é contrário à nova abordagem proposta pela atual historiografia social do trabalho, defendida por Viscardi, e acredita ser legítimo pensar o mutualismo de maneira holística e pluriclassista, ou seja, além da perspectiva de classe social. Porém, o autor questiona

⁵ *Ibidem*, p. 31.

⁶ *Ibidem.*, p. 31-32.

⁷ *Ibidem*, p. 35.

⁸ BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006, p. 89.

⁹ *Idem*.

o fato do oposto ser criticado e, ao mesmo tempo, não ser considerado verdadeiro. Sendo assim, ele argumenta: “Não há porque cobrar que os estudos voltados primordialmente para a organização dos trabalhadores, analisem o mutualismo como um todo”¹⁰.

Contrariando a corrente historiográfica mais atual, o autor defende a tese de que as sociedades mutualistas foram anteriores aos sindicatos e, por consequência, ele não compactua com a ideia de que ambas as instituições surgiram ao mesmo tempo. Além disso, a respeito da discussão sobre serem ou não os sindicatos originários das mutuais e se as sociedades mutualistas de trabalhadores se transformaram em sindicatos, Batalha pondera:

Convém ressaltar, em primeiro lugar, que não há quem sustente, hoje, que uma eventual transformação de sociedades mutualistas de trabalhadores em sindicatos constitua uma regra geral. Em segundo lugar, considerando o conhecimento existente sobre as transformações internas das sociedades mutualistas, na virada do século XIX para o XX, não é possível afirmar que essas transformações sejam raras. Pode-se apenas sustentar que há casos suficientemente documentados em que isso ocorreu. Não há dados quantitativos suficientes e confiáveis para poder estimar com que frequência houve a transformação¹¹.

Como exemplo dessas incertezas e evidenciando a falta de consenso, Batalha observa que embora a nova historiografia, ao tratar de São Paulo, afirme que os sindicatos não têm origem nas sociedades mutualistas, há alguns autores que admitem a ocorrência de algumas exceções. Dentre esses autores, o historiador cita Adhemar Lourenço da Silva Júnior, Claudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus.

Neste ponto específico, esses “novos historiadores” se alinham à velha historiografia representada por Azis Simão. O autor de *Sindicato e Estado*, cuja primeira publicação data de 1966, ainda que admita que alguns grêmios de trabalhadores precederam o surgimento de ligas operárias, alega que estas não deram origem aos sindicatos. E, assim, Simão esclarece: “As mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu quase na mesma época”¹².

Diante da discussão sobre a possibilidade de existir exceções e algumas mutuais terem sido precursoras dos sindicatos, percebemos que os fatos levam a crer que sim, houve exceções.

¹⁰ BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010, p. 14.

¹¹ *Ibidem*, p. 16.

¹² SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981, p. 151.

E, neste sentido, as observações de Claudio H. M. Batalha são assertivas, porque, se hoje não se pode sustentar que a transformação de sociedades mutualistas em sindicatos seja uma regra, também não se pode descartar que, na virada do século XIX para o XX, essa transformação não tenha ocorrido. Pois, ainda de acordo com Batalha, “há casos suficientemente documentados em que isso ocorreu”¹³.

O despertar da classe trabalhadora paulista

O desenvolvimento do novo modo de produção econômico com base no trabalho assalariado que paulatinamente se afirmava, principalmente na capital paulista, estimulou a urbanização e, conseqüentemente, o crescimento das atividades artesanais e o desenvolvimento da indústria fabril¹⁴.

Em 1876, conforme veiculado nas páginas do jornal *A Província de São Paulo*, o mercado de trabalho se mostrava bastante diversificado. Apesar de haver o recrudescimento do regime escravista na década de 1870, no final desse período, paradoxalmente, passou a existir um clima favorável à valorização da mão de obra livre.

A notícia veiculada nas páginas da *Província de São Paulo* no dia 14 de junho de 1876, por exemplo, em um tom de grande admiração, revela uma festa promovida pelos funcionários da Oficina de Marcenaria a Vapor. Quatro ou cinco funcionários de várias nacionalidades teriam se reunido para homenagear um dos proprietários do estabelecimento e o santo homônimo. Para isso, promoveram uma festa de Santo Antônio, com direito a tochas e procissão pelas principais ruas da cidade. Naquele dia, os trabalhadores tomados pelo entusiasmo decidiram criar uma Associação de Socorros Mútuos¹⁵.

Essa notícia traz algumas informações já assentadas pela historiografia social do trabalho: a presença da mão de obra imigrante e a prioridade da mesma para a contratação em relação à mão de obra nacional. Nesse sentido, é fato que os trabalhadores nacionais não foram de início incorporados ao mercado de trabalho paulista. Lúcio Kowarick, em seu livro *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, afirma que: “os imigrantes foram canalizados

¹³ BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p. 16

¹⁴ SIMÃO, Azis. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁵ *A Província de São Paulo*, 14/6/1876. Anno II, nº 417.

para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria”¹⁶.

A novidade contida na notícia, entretanto, foi o fato de a festa ter sido saudada como uma festa do trabalho, sendo a primeira desse gênero celebrada na capital. Sabe-se que uma das características das sociedades escravocratas é a desvalorização e o desrespeito ao trabalhador manual. Contudo, ao encerrar a notícia com entusiasmo – “Viva a festa do trabalho! Vemos em tais fatos, e com muito interesse, a aurora do trabalho livre, que a pouco e pouco afeiçoa-se em nossa terra”¹⁷ –, o editorialista confirma a pertinência de se falar em classe operária em períodos anteriores à abolição da escravidão. No último quartel do século XIX, não apenas começava a crescer a movimentação e a organização da classe trabalhadora livre, como também esta vinha, aos olhos da sociedade, valorizando-se cada dia mais.

Tendo essas questões em vista, percebemos que o conflito ocorrido em Mogi das Cruzes e noticiado pela *Província de São Paulo* no dia 4 de janeiro de 1876 confirma a desconfiança dos trabalhadores em relação à classe patronal e, ao mesmo tempo, fornece-nos uma demonstração da postura ativa dos operários frente a seus empregadores. O noticiário informa que na capital paulista alguns trabalhadores da linha férrea do Norte se revoltaram contra o engenheiro responsável, o Sr. Dulley. Os trabalhadores descontentes cercaram a casa do engenheiro¹⁸. Passados dois dias, após terem sido apurados os motivos da revolta, o jornal informou a seguinte versão dos trabalhadores:

[...] declararam que não pretendiam fazer violência alguma; que se achavam reunidos, porque o sr. Dulley os havia despedido, e eles julgavam que, despedidos, deviam ao mesmo tempo ser pagos.

Acertado em que viessem a capital para receberem aqui seus salários no dia seguinte, a isso anuíram, e de fato vieram naquela mesma tarde pelo trem das 5 horas, ficando assim apaziguada a questão¹⁹.

Robert Conrad, ao estudar os últimos anos da escravidão no Brasil, afirma que a desconfiança existente entre trabalhadores e patrões era recíproca. Entre os trabalhadores, os motivos eram os maus tratos, a falta de pagamento e a identificação com os escravos²⁰. Assim

¹⁶ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁷ **A Província de São Paulo**, 14/6/1876. Anno II, nº 417.

¹⁸ **A Província de São Paulo**, 04/01/1876. Anno II, nº 288.

¹⁹ **A Província de São Paulo**, 06/01/1876. Anno II, nº 290.

²⁰ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil** (1850-1888). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, 1975, p. 52.

sendo, verificamos as razões de os trabalhadores da linha férrea reivindicarem e insistirem no pagamento imediato após serem dispensados, pois não existiam garantias – a não ser a promessa feita, que muitas vezes não era cumprida – de que receberiam pelo trabalho realizado.

O mercado de trabalho, embora se diversificasse, oferecia na década de 1870 pouca regulamentação que protegesse o trabalhador urbano livre, principalmente o nacional. Das três leis existentes até então, que vigoraram no Brasil ao longo do século XIX, apenas a de 1879 tratou de criar alguma regulamentação para o trabalhador urbano livre. As leis anteriores, a de 13 de setembro de 1830 e a de 11 de outubro de 1837, diziam respeito apenas ao trabalhador rural. A desconfiança, portanto, tornava-se natural à medida que o trabalhador possuía poucas garantias frente à classe patronal escravocrata.

Outro fator que colaborava para o total descrédito das relações entre patrões e empregados era o fato de o pagamento de salário ser uma prática ainda recente. Nota-se que o salário passou a ser usual apenas nas primeiras décadas do século XIX e, mesmo assim, não era generalizado. Somente na segunda metade do século XIX, em 1866, surgiram “referências ao pagamento de salários a todos os operários de uma fábrica têxtil”²¹. Essa situação difícil fragilizava o trabalhador livre perante a sociedade e à classe patronal. Embora começasse a mudar com as ações de resistência da classe trabalhadora e da população livre pobre em geral, essa situação mudava de forma lenta.

Contudo, a década de 1870 vivia dias agitados. Esse período foi palco não apenas da movimentação da classe trabalhadora que começava a se organizar, mas também das manifestações e protestos contra os decretos de caráter liberal e modernizantes do governo imperial. A população livre pobre, de maioria não-branca, sentia uma intromissão maior do Estado em suas vidas, o qual impunha-lhes mais obrigações. Assim como, essa população pressentia nas medidas estatais a terrível aproximação à condição de escravo, o que seria um medo constante entre a população livre na sociedade escravocrata brasileira e, por isso, via a demarcação entre a condição livre e a condição escrava como algo de extrema importância. Não obstante, o que essa população percebia era que essa demarcação se tornava cada vez menos visível.

²¹ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982, p. 114.

Nesse contexto de desconfiança perante o Estado e, ao mesmo tempo, de valorização do trabalho e de mudança do modo de produção é que começaram a ser criadas as primeiras associações de trabalhadores na década de 70 do século XIX.

Segundo Azis Simão, as criações das primeiras mutuais datam entre 1872 e 1873, período em que também se observa o primeiro surto industrial²². No início da década de 1870, três sociedades mutuais se formam. Seus membros eram de origem alemã e incluíam os profissionais das artes gráficas e trabalhadores assalariados de várias categorias profissionais. Entre 1872 e 1900, a capital paulista contou com ao menos 19 mutuais operárias. Ainda, segundo Simão, tais sociedades de socorro mútuo tinham por objetivo “realizar programas assistenciais, que incluíam serviços médico-farmacêutico e auxílio em caso de enfermidade, desemprego, invalidez e funerais”²³.

Como já informado acima, no ano de 1876 foram criadas quatro associações de trabalhadores. Além da já citada Associação dos Operários da Oficina de Marcenaria a Vapor, criou-se também: a Associação dos Escrivães da Província de São Paulo; a Associação dos Guarda-livros e a Associação Tipográfica Paulistana.

De início, essas associações em sua maioria pretendiam, conforme Azis Simão, “realizar programas assistenciais”²⁴, isto é, promover auxílios aos trabalhadores que passavam por momentos difíceis. Mas, como argumenta Batalha:

No século XIX, ou, pelo menos, durante o Império, diversas sociedades mutualistas foram mais do que mutualistas e cumpriram funções que poderiam ser chamadas de sindicais, zelando por salários e condições de trabalho e empreendendo ações para alcançar suas reivindicações²⁵.

Podemos observar que as assertivas elaboradas por Batalha se aplicam ao caso da Associação dos Escrivães da Província de São Paulo que foi instalada no dia 18 de abril de 1876²⁶. Diferentes dos objetivos da Associação dos Operários da Oficina de Marcenaria a Vapor, que no primeiro momento pretendia o auxílio mútuo, as intenções dos escrivães iam além do auxílio mútuo na adversidade. A ação classista da Associação dos Escrivães pretendia lutar por melhores condições de salário dos membros. Os escrivães, embora fossem

²² SIMÃO, Azis. *Op. cit.*

²³ *Ibidem*, p. 151.

²⁴ *Idem*.

²⁵ BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p. 16-17.

²⁶ **A Província de São Paulo**, 20 /4/ 1876. Anno II, nº 371.

funcionários públicos especializados e pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade, não estavam isentos de arbitrariedades. Isso fica evidente quando analisamos o motivo que levou os trabalhadores escrivães a criarem a associação, ou seja, “pugnar pelos interesses da classe”²⁷. Na primeira assembleia geral, ocorrida no dia 11 de junho de 1876, além de informar que a associação já contava com 113 sócios, o presidente interino, ao se reportar aos associados, esclareceu o objetivo da associação:

Senhores corre-me o dever de expor-vos os motivos e a maneira porque achamo-nos aqui reunidos. O governo imperial reconhecendo a necessidade de aumentar as custas dos empregados de justiça, reformando o Regimento de custas de 1855, deu-nos o de 1874. Este Regimento foi por muito considerado excessivo, e o governo imperial, querendo atender aos que assim o julgaram, fez baixar o decreto nº5902, [...], alterando os artigos 39, 112 a 113 do mesmo Regimento. A alteração dos artigos 112 a 113 veio reduzir a classe dos escrivães, a mais desprotegida, a muito piores condições pecuniárias do que, quando regida pelo Regimento de 1855. Este corte de morte, dado somente nesta classe, trouxe-lhe a ruína e o desgosto.

A ruína e o desgosto, portanto, senhores trouxeram-nos a esta sala. Para o fim de reclamarmos dos poderes competentes nossos direitos tão gravemente ofendidos²⁸.

O “golpe de morte” ao qual se refere o presidente interino da associação dos escrivães da província de São de Paulo corresponde às disposições do decreto nº 5902, de 24 de abril de 1875, que alteraram, com o objetivo de reduzi-las, as disposições dos artigos 39, 112 e 113 do novo Regimento de Custas Judiciárias. De acordo com o novo decreto de 1875, art. 2º, “De cada termo de data, vista, juntada, conclusão, publicação, remessa e recebimento, terão os Escrivães de primeira instância no nível 200 réis”²⁹. Já o decreto anterior, o de 1855, no art. 99 do capítulo I referente aos escrivães de 1ª instância no nível, expressava que:

Dos termos de requerimento de audiência que, lavrarem nos autos 300

Dos de vista, data, juntada, conclusão, remessa, recebimento, perceberão, de cada um 200

Dos de publicação dos despachos e sentenças declarando se estiveram ou não presentes as partes ou seus procuradores, de cada um 600

Dos de juramento, ainda que seja deferido a uma ou mais pessoas 300³⁰.

²⁷ A Província de São Paulo, 20 /4/ 1876. Anno II, nº 371.

²⁸ A Província de São Paulo, 15/06/1876. Anno II, nº 418.

²⁹ BRASIL. Decreto nº 5.902, de 24 de abril de 1875. Publicação Original. Coleção das Leis do Império do Brasil: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

³⁰ BRASIL. Decreto nº 1.569, de 3 de março de 1855 – Publicação Original. Coleção das Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

Ou seja, houve uma significativa redução nos vencimentos da categoria. Pois, enquanto o novo decreto nº 5902 estabelecia que os escrivães receberiam apenas 200 réis, não deixando claro se seria por cada um, pelo antigo decreto nº 1569, de 3 de março de 1855, estava expresso de forma clara que para cada termo os escrivães receberiam 200 réis e para a publicação o valor seria de 600 réis. Essa situação demonstra que, ao se reunirem e criarem a associação, os escrivães não tiveram como objetivo primeiro a ajuda mútua, mas sim reivindicar a suas perdas salariais. Por sua vez, esse objetivo central demonstra a contrariedade às novas determinações do governo imperial e o caráter classista da associação, sendo que o próprio presidente interino se reportava aos associados por meio do termo “classe”. Contudo, conforme a circular distribuída entre os escrivães da província, quando da convocação para a assembleia geral do dia 11 de junho, não deixava de fazer parte das atribuições da associação:

Prestar aos seus associados todos os auxílios e socorros que estiverem ao seu alcance e forem compatíveis com a natureza da [...] instituição.
São de máxima importância as vantagens e garantias que naturalmente a “Associação” deve prestar aos seus associados³¹.

No dia 20 de abril de 1876, na seção “Noticiário”, mais uma associação foi anunciada. Segundo a notícia, estava em elaboração a ideia da criação de uma associação de socorros mútuos entre os membros da classe tipográfica paulistana. Ainda conforme o jornal, também já estava em elaboração o projeto de estatuto da associação³².

No dia 23 de abril de 1876, ocorreu a primeira reunião dos artistas tipógrafos da capital paulista para organizar a sociedade de socorro mútuo. Em 6 de julho, foi aprovado o estatuto. No dia 7 de julho de 1876, deu-se início ao funcionamento da associação³³. Anteriormente, na *Província de São Paulo* de 9 de maio de 1876, na nota que informava da reunião em que ocorrera a leitura e discussão do projeto de estatuto, fez-se um apelo aos trabalhadores tipógrafos e da imprensa, lembrando-os da importância de se filiarem à associação³⁴. Nesse sentido, observa-se que essa associação, por reunir os artistas tipógrafos, tinha total apoio por parte dos redatores do jornal *A Província de São Paulo*. No dia 28 de maio, foi noticiado a

³¹ *A Província de São Paulo*, 25/04/1876. Anno II, nº 375.

³² *A Província de São Paulo*, 20/04/1876. Anno II, nº 371.

³³ *A Província de São Paulo*, 23/04/1876. Anno II, nº 374.

³⁴ *A Província de São Paulo*, 9/05/1876. Anno II, nº 387.

realização de um espetáculo em benefício da “Associação Tipográfica”, o qual teria o objetivo de reunir fundos para os trabalhos da associação³⁵.

Outra associação com características de auxílio mútuo criada no ano de 1876 foi a Associação dos Guarda-livros. *A Província de São Paulo*, do dia 1 de agosto, informava que a primeira reunião dos guarda-livros para tratar da organização da associação foi bastante concorrida, sendo nessa ocasião nomeado o presidente da associação, Sr. João Gomes de Andrade³⁶.

O que chama a atenção no processo de formação dessas associações é o fato de que no intervalo de quatro meses quatro importantes categorias profissionais decidiram se organizar. E, para isso, as associações contaram com grande adesão dos trabalhadores. Seja para a ajuda mútua nos momentos de dificuldade ou para lutar por melhores condições de salário frente às arbitrariedades de seus empregadores, as associações podem ser um indicativo de que eram respostas às exigências dos novos tempos.

Outra categoria que no final da década de 1870 decidiu se organizar, e que mostra as mudanças em curso, foi a dos trabalhadores padeiros. Mas, diferentes dos trabalhadores citados acima, os padeiros conviviam diretamente com a escravidão, pois dividiam o mesmo local de trabalho e moradia com os escravizados. Afirma João de Mattos que “todos dormiam, comiam, e trabalhavam, todos dias, e noites, com diminutos intervalos de descanso, pior que os sentenciados nas prisões”³⁷.

A associação dos padeiros teve um caráter que ia além do mutualista. Essa associação expressou, como a associação dos escrevães, um caráter classista. Mas, ao contrário desta, aquela se organizou para além da luta pela melhora de condições de vida e salário. Os trabalhadores padeiros, por meio do enfrentamento aos patrões escravocratas, também pretendiam o fim do regime escravista.

O contexto da década de 70 do século XIX foi favorável às intenções dos padeiros. Pois, esses trabalhadores contaram com o começo de mudança da mentalidade do homem livre pobre, que estava mais propenso a colaborar para o fim do regime escravocrata, uma vez que estava cada vez mais desconfiado das medidas modernizadoras do governo imperial, entendidas por

³⁵ *A Província de São Paulo*, 28/05/1876. Anno II, nº 403.

³⁶ *A Província de São Paulo*, 1/08/1876. Anno II, nº 452.

³⁷ Histórico Social do João de Mattos. In: DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade**: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2002. (Coleção Cadernos do Arquivo), p. 62.

ele como um meio coercitivo de levá-lo ao trabalho, considerando-as, portanto, uma afronta. Assim, os trabalhadores livres e pobres constatavam que o regime escravista não os favorecia, uma vez que nele estavam, segundo a afirmação do João de Mattos, “sujeitos, a todos rigorosos trabalhos, e, às vezes, até castigos”³⁸.

Diante desse contexto social, acreditamos ser possível que a participação dos trabalhadores livres pobres no movimento abolicionista, contrariando a historiografia clássica, teve razões mais do que humanitárias. Interessava a esses agentes acabar com um regime que os degradava enquanto trabalhadores livres. Sendo assim, esse empenho pode ser verificado no excerto extraído do manuscrito do João de Mattos, diz ele:

[...] os externos foram os primeiros com diminuta quantidade de internos que lutaram ao máximo pela liberdade [...] todas manhãs eles vão de porta, em porta, despertando quem ainda dorme permutando o primeiro alimento básico o Pão, da sua produção, e por este incentivo aproveitavam o momento favorável de desenvolver a firme propaganda, que era o máximo ardor de todo empregado de padaria, desenterrar os companheiros que lhe impediam o caminho³⁹.

Em várias passagens do manuscrito está presente, entre os trabalhadores padeiros, a opinião geral de que a convivência com a escravidão era um empecilho para a melhoria das suas condições de vida e trabalho. As expressões “guerra aos escravocratas” e “guerrear a propriedade escrava”, por exemplo, deixam claro contra quem e porque lutavam os padeiros⁴⁰.

A organização dos padeiros e as ações contra os patrões escravocratas começam na cidade de Santos, em 1876, passam por São Paulo, em 1877, e chegam à cidade do Rio de Janeiro, em 1878. O *modus operandi* dos padeiros consistia em entregar a cada trabalhador escravizado, de preferência padeiros, cartas de alforria falsas e guiá-los para outras regiões para

³⁸ *Idem*, p. 62.

³⁹ *Ibidem*, p. 63. João de Mattos distingue os trabalhadores padeiros em “escravizados livres” e “escravizados de fato”. Os escravizados livres eram os companheiros externos; os escravizados de fato eram os companheiros internos. Os externos realizavam a tarefa de entregar e vender o pão de porta em porta. Já os internos ficavam no interior das padarias realizando o fabrico do pão e atendendo os clientes. O próprio João de Mattos era um interno. Em uma das passagens de seu manuscrito, na página 66, ele assim se expressa: “[...] estávamos no pleno gozo florido da mocidade. Chegamos ao Rio no dia que se festejava o aniversário da Independência em 1878 com os 4 inseparáveis companheiros externos e eu interno”. Nesse ponto do relato de João de Mattos fica a dúvida quanto à condição jurídica do narrador: seria ele livre ou escravo? Ao se levar em conta a sua distinção, ele seria um trabalhador escravizado de fato. Mas, ao mesmo tempo, em sua fala, Mattos se coloca como trabalhador livre. A pesquisa, embora continue a investigar, até o momento não conseguiu nenhuma informação que esclareça qual era a situação jurídica de Mattos. Além disso, é necessário observar que, no excerto acima, a expressão “os externos foram os primeiros com diminuta quantidade de internos que lutaram ao trãse pela liberdade” foi alterada por nós não apenas a grafia, mas também se optou por alterar o termo “trãse” por “máximo”. E, assim, a frase ficou da seguinte forma: “os externos foram os primeiros com diminuta quantidade de internos que lutaram ao máximo pela liberdade”.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 64.

que pudessem arrumar trabalho sob a condição de trabalhadores livres. Nesse sentido, afirma João de Mattos:

Eu já tinha todas cartas precisas, foram falsificadas para cada de liberdade, seguimos. E, além delas já estavam bem compenetrados mais fomos no caminho insinuando-os. E também dispersos foram que não aparecerão mais⁴¹.

Diferente das associações citadas acima, que primeiro se organizaram, instituíram estatuto e só então começaram a agir em favor da classe, a organização dos padeiros foi se construindo no próprio contexto da luta contra os patrões escravocratas. A exemplo disso, observamos que João de Mattos e seus quatro inseparáveis companheiros, ainda não associados formalmente, começaram a se organizar durante o processo de ação realizada em Santos e São Paulo. Somente quando chegam ao Rio de Janeiro, após terem paralisado as padarias existentes em Santos e em São Paulo, decidiram, movidos pelo ideal de continuar a libertar os padeiros escravizados, organizar um Bloco de Defesa. Assim justificava João de Mattos: “Nós éramos forçados lutar pela liberdade por que a escravatura de fato nos afetava a uma terrível humilhação”⁴². Ou seja, os padeiros entendiam que antes de qualquer outra reivindicação deveriam atuar pela liberdade de seus companheiros.

A primeira reunião para instalação da associação aconteceu no dia 5 de abril de 1880, às 14 horas, no Largo do Paço. João de Mattos levou para a reunião a 1ª ata lavrada e compareceu com mais 16 companheiros. Naquele dia, instalaram a primeira sociedade, intitulada “Bloco de Combate dos Empregados de Padaria”, e estabeleceram seu lema: “Pelo Pão e Pela Liberdade”. A sociedade arrecadou para seus cofres a quantia de 98 mil réis e elegeu a primeira diretoria cuja composição foi a seguinte:

- Diretor Geral: João de Mattos;
- Vice-Diretor: Manuel Marques Vieira;
- Tesoureiro: Domingos de Mattos Ribeiro;
- Cobrador: Casemiro Ayres Brandão e mais sete suplentes.

Por conta de seu propósito primeiro, libertar trabalhadores escravizados e lutar pela abolição da escravatura, a sociedade precisou atuar na clandestinidade. Em frente à sua sede, na Rua da Conceição, nº 28, Rio de Janeiro, os associados colocaram uma tabuleta com a identificação “curso de dança”. Apenas os sócios legalizados tinham acesso à sede. A segunda

⁴¹ *Idem.*

⁴² *Ibidem*, p. 68.

reunião, demonstrando a boa adesão da categoria à associação, contou com 38 companheiros, ou seja, mais que o dobro da primeira. Participavam dessas reuniões os padeiros externos, os quais, por estarem em contato direto com os internos, tinham a função de organizar e levar a propaganda de luta até eles. Desta forma, diz João de Mattos:

Em cada reunião os vendedores (externos) não só prestavam obediência sobre as propagandas encetadas. Como recebiam ordens para outras emanadas do Bloco. Os escravocratas andavam as tontas, debalde procuravam as origens das constantes Rebeldias, e as autoridades também da mesma forma sindicavam⁴³.

Ao completar um ano, a associação já contava com aproximadamente 100 associados e se preparava, após vários levantes parciais, para um novo levante geral.

Nos primeiros movimentos da organização dos padeiros, o que se depreende é que ela exemplifica a concepção de classe proposta por Thompson. Ou seja, de 1876 até 1880, quando da formalização do “Bloco de Combate dos Empregados de Padaria”, os padeiros associados foram aos poucos, de ação em ação, acumulando experiências de luta. Durante esse percurso, a partir das relações que foram estabelecendo com os escravizados e demais trabalhadores livres, os padeiros vivenciaram acontecimentos diversos e, aparentemente, sem ligação que lhes foram favoráveis. Por exemplo: o contexto do final da década de 1870, que trazia o medo da *re-escravização* por parte dos homens livres pobres e levava-os a estarem mais propensos a aderir à campanha pela abolição da escravidão. Nesse sentido, João de Mattos alega terem sido os trabalhadores de padaria os primeiros abolicionistas – depois dos escravizados – e, logo, diz ele: “os empregados de Padaria foram os primitivos abolicionistas que já muito tinham feito e preparado o caminho para os que mais tarde gradativamente foram aparecendo”⁴⁴.

Para o pioneirismo dos padeiros, cujo lema era libertar trabalhadores escravizados, muito contribuiu a experiência de maus tratos partilhada por livres e escravizados e as precárias condições de vida e trabalho. Esse conjunto de fatores fez nascer na consciência dos trabalhadores livres pobres a necessidade de se organizarem e lutarem pela abolição da escravidão, mesmo antes da abolição ter se tornado expressão da vontade geral.

Considerações finais

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ Histórico Social do João de Mattos. In: DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade**: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2002. (Coleção Cadernos do Arquivo), p. 63-64.

Diante dos fatos apresentados após a leitura do jornal *A Província de São Paulo*, de 1876 e do manuscrito do líder dos padeiros João de Mattos, observa-se que as duas abordagens historiográficas que mencionamos têm razão. Pois, se a associação pretendida pelos marceneiros teve como princípio a confraternização e auxílio mútuo, a dos escrivães paulistas foi motivada por melhores condições de salário, contudo nada impede que ambos os interesses pudessem ser compartilhados pelas duas associações. Nesse sentido, verificamos que a sociedade instituída pelos padeiros, o “Bloco de Combate dos Empregados de Padaria”, representa esses dois objetivos. Como vimos acima, os padeiros tinham como meta de curto prazo ajudar seus companheiros escravizados a se libertarem do cativo, mas a de longo prazo era o fim do regime escravista com o propósito de conquistarem melhores condições de trabalho e salário efetivas para a categoria. Contrariando, dessa maneira, a atual historiografia que, de acordo com Viscardi, de forma consensual entende que as sociedades mutualistas não se constituíram em organizações de resistência aos abusos do capital.

Os fatos também confirmam – ainda que preliminarmente, pois é necessário que mais estudos analisem e comparem os estatutos dessas associações – que quanto mais próximo o trabalhador livre estava do escravizado, compartilhando condições de vida e trabalho, maior foi o seu interesse pela causa da abolição da escravidão. Posto isto, observamos que os escrivães, tipógrafos, marceneiros e guarda-livros paulistas se mantiveram alheios à causa abolicionista, sendo que as propostas dessas categorias não mencionam essa causa. O que faz supor que quanto mais distante da realidade do escravizado e mais qualificado fosse o trabalhador livre, menor foi o seu interesse em se colocar contra o sistema, pelo menos antes da campanha abolicionista ganhar as ruas.

As informações obtidas até o momento, portanto, levam a crer que entre a classe operária brasileira, já no final do século XIX, despontava uma certa estratificação, uma “aristocracia operária” que, de acordo com Hobsbawm, tende a agir politicamente de maneira conservadora⁴⁵. No entanto, essa atitude contrasta com a postura combativa dos padeiros. Quanto a isso, o manuscrito do João de Mattos não deixa dúvidas: o interesse dos padeiros foi essencialmente resguardar a dignidade do trabalhador, melhorar sua condição de vida e

⁴⁵ Hobsbawm, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 307.

trabalho. Neste caso, atuar para o fim do regime escravista colocava-se como primeira tarefa no enfrentamento à classe patronal escravocrata.

Referências bibliográficas

Fontes documentais

Jornal

A Província de São Paulo, ano 1876 – São Paulo.

Manuscrito

Histórico Social do João de Mattos. In: DUARTE, Leila. Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ,2002. (Coleção Cadernos do Arquivo).

Leis

DECRETO Nº 5.902, DE 24 DE ABRIL DE 1875 - Publicação Original. Coleção das Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo.

DECRETO Nº 1.569, DE 3 DE MARÇO DE 1855 - Publicação Original. Coleção das Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo.

Bibliografia

BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4. ago-dez de 2010, p. 12-22.

BATALHA, Claudio, H.M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, nº 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.

DUARTE, Leila. Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ,2002. (Coleção Cadernos do Arquivo).

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46ª ed. São Paulo. Brasiliense, 2004.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo. Ática, 1981.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.2, nº4, agosto/dezembro de 2010, p. 23-39.